

DESIGUALDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA MICRORREGIÃO CENTRO-OESTE DO ESPÍRITO SANTO

SOCIAL INEQUALITY AND REGIONAL DEVELOPMENT: A CASE STUDY OF THE CENTRO-OESTE MICROREGION OF ESPÍRITO SANTO

¹Leandro Souza Lino.

²Érika de Andrade Silva Leal.

³Ivana Souza Marques

⁴Renata Morandi Lóra

¹Unicape/Faesa. E-mail: lsolino@gmail.com.

²Instituto Federal do Espírito Santo - IFES. E-mail: professoraerikaleal@gmail.com.

³Prefeitura Municipal de Vila Velha - PMVV. E-mail: ivanasmarques@gmail.com.

⁴Prefeitura Municipal de Vila Velha - PMVV. E-mail: renatamorandi@gmail.com.

*Autor de correspondência

Artigo submetido em 17/04/2021, aceito em 28/06/2021 e publicado em 02/09/2021.

Resumo: O mundo possui uma opulência sem precedentes na história da humanidade e, ao mesmo tempo, convive-se com uma série de desafios antigos, tais como fome, doenças, carência de oportunidades e acirramento das desigualdades, os quais ainda não foram superados. Este artigo analisa as questões referentes à desigualdade e à pobreza na Microrregião Centro-Oeste do Espírito Santo. Em termos metodológicos, são analisados os indicadores de desenvolvimento humano, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) para todos os municípios da Microrregião, os dados do CadÚnico, bem como o hiato médio de pobreza e de extrema pobreza. As análises desses indicadores são complementadas com entrevistas realizadas junto a moradores e a lideranças locais. Os principais resultados mostram que, apesar de se ter observado uma elevação nos indicadores de desenvolvimento humano na Microrregião nos últimos anos, em todas as variáveis que compõem tais indicadores há uma desigualdade latente entre os municípios, especialmente nos quesitos educação e renda. Dadas as desigualdades existentes entre os municípios e o agravamento da situação de vulnerabilidade social decorrentes da pandemia de Covid-19, as ações necessárias para combater a desigualdade, em todas as suas faces, eliminar a pobreza e garantir condições de vida mais dignas para a população devem ser muito mais efetivas e desafiadoras.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano; Social; Desigualdade; Pobreza; Microrregião Centro-Oeste do Espírito Santo.

Abstract: The world has an opulence unprecedented in the history of mankind and at the same time it lives with a series of ancient challenges, such as hunger, disease, lack of opportunities and worsening inequalities that have not yet been overcome. This article analyzes the issues related to inequality and poverty in the Centro-Oeste micro-region of Espírito Santo. In methodological terms, human development indicators such as Human Development Index (HDI), Firjan Municipal Development

Index (FMDI) and social vulnerability index (VSI) are analyzed for all municipalities in the micro-region, CadÚnico data, as well as the average gap of poverty and extreme poverty. The analysis of these indicators is complemented by interviews with residents and local leaders. The main results show that although there has been an increase in human development indicators in the microregion in recent years, there is a latent inequality between the municipalities in all the variables that make up these indicators, especially in terms of education and income. Given the existing inequalities between municipalities and the worsening situation of social vulnerability resulting from the Covid-19 pandemic, the necessary actions to combat inequality in all its faces, eliminate poverty and guarantee more dignified living conditions for the population must be much more effective and challenging.

keywords: Human Development; Social; Inequality; Poverty; Centro-Oeste Micro-region of the Espírito Santo State.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos dois séculos, a humanidade alcançou um nível de progresso extraordinário. É inegável que se observa no mundo uma opulência sem precedentes (SEN, 2010; BANERJJE; BANERJJE; DUFLO, 2011; BREGMAN, 2018). Isso não exclui o fato de que, nesse mundo, verifica-se também a pobreza extrema, a fome, a subnutrição, a destituição e a marginalização dos direitos básicos, a carência de oportunidades, a opressão e a insegurança econômica, política e social, que são, nos termos de Sen (2010), variedades das privações de liberdade, de modo que o processo de desenvolvimento consiste na expansão das liberdades que as pessoas desfrutam.

O desafio para a sociedade no mundo da opulência é operacionalizar instrumentos que reduzam a privação de liberdade das pessoas para que todos os países possam alcançar um nível maior de desenvolvimento.

Essas discussões, no âmbito global, são lideradas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), que lançaram, em 2015, os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é aquele que consegue atender às necessidades da geração atual sem comprometer a existência das gerações futuras (BRUNDTLAND, 1987).

Nessa perspectiva, as desigualdades e a pobreza observadas entre as diferentes regiões com impactos sobre as condições de vida das pessoas possuem diversas

faces. É nesse sentido que o objetivo 1 do desenvolvimento sustentável preconiza “erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 2021, *on-line*).

Assim, este artigo objetiva analisar as questões relacionadas à desigualdade e à pobreza na Microrregião Centro-Oeste do Espírito Santo, a qual, por sua vez, compreende os municípios de Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Marilândia, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São Roque do Canaã e Vila Valério.

A Microrregião Centro-Oeste possui uma extensão territorial de 5.606 km² – equivalente a 12,1% do território estadual – e uma população de 285.347 habitantes, que corresponde a 7,0% da população do Espírito Santo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Além disso, na totalidade do Espírito Santo, a Microrregião contribui com 5,3% do Produto Interno Bruto (PIB), 5,9% dos empregos formais e 7,2% dos estabelecimentos formais (IJSN, 2020).

O artigo está dividido em mais quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A seção dois apresenta o referencial teórico e a seção três aborda os aspectos metodológicos do trabalho. Por fim, a seção quatro traz os resultados da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo de toda a história econômica, as questões da desigualdade estiveram presentes nos estudos dos economistas. Sen (2010) aponta diversos exemplos de como essas preocupações afligiam Adam Smith (considerado o “pai da economia moderna”), além de John Stuart Mill e, mais recentemente, Atkinson.

Ao longo do tempo, os pesquisadores têm demonstrado que a desigualdade apresenta outras faces que não apenas a de renda. Sen (2010, p. 146) afirmou que se há motivo de queixa para criticar os economistas no baixo interesse em estudar as questões de equidade,

ele reside sobretudo na importância relativa que se atribui, em boa parte dos trabalhos de economistas, à desigualdade em uma esfera muito restrita, a esfera da desigualdade de renda. Essa limitação tem o efeito de contribuir para que se negligenciem outros modos de ver a desigualdade e a equidade, modos que influenciam de maneira muito mais abrangente a elaboração das políticas econômicas (SEN, 2010, p. 146).

Os estudos que envolvem desigualdade, mais especificamente a pobreza, renderam, em 2019, o Prêmio Nobel de Economia para: o indiano-estadunidense Abhijit Banerjee, a franco-americana Esther Duflo e o americano Michael Kremer. As pesquisas realizadas por eles mostram que a questão da pobreza pode ser combatida de forma mais eficiente se dividida em questões menores e mais precisas em áreas, como educação e saúde, por exemplo.

De fato, os esforços dos pesquisadores em mostrar como o progresso em áreas sociais, como educação, saúde, segurança, entre outros, afeta o desenvolvimento humano e o próprio desenvolvimento em geral das nações foram notáveis, especialmente na segunda metade do século passado.

Isso pode ser evidenciado pelo fato de que na própria ONU uma série de

estudiosos passou a questionar a variável PIB (utilizada para mensurar os bens e serviços finais de uma determinada economia) como medida de desenvolvimento e a sugerir outros indicadores para esse fim. Entre eles, o mais conhecido com a finalidade de avaliar o desenvolvimento humano é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), formulado a partir dos estudos do paquistanês Mahbub Ul Haq e do indiano Amartya Sen, no âmbito da ONU, cujo cálculo contempla variáveis, como educação, longevidade e renda (ESPÍRITO SANTO, 2013).

Esse indicador é calculado a partir de resultados dos censos demográficos, tendo como último valor disponível o ano de 2010. Seus resultados variam entre 0 e 1, que representa nenhum e total desenvolvimento humano, respectivamente, e podem ser classificados da seguinte forma, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013):

- até 0,499 – Desenvolvimento humano muito baixo;
- entre 0,500 e 0,599 – Desenvolvimento humano baixo;
- entre 0,600 e 0,699 – Desenvolvimento humano médio;
- entre 0,700 e 0,799 – Desenvolvimento humano alto; e
- acima de 0,800 – Desenvolvimento humano muito alto.

Diante da defasagem de tempo dos dados do PNUD (2013), outro modo para representar o “desenvolvimento humano” no Brasil, com base em informações mais recentes, encontra-se no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Sobre esse indicador em específico, cabe destacar que, entre suas principais diferenças para o IDH, trata-se do fato de que o IFDM utiliza informações disponíveis anualmente, ou seja, em condições de retratar temas, como emprego e renda, educação e saúde (FIRJAN, 2015). Já no caso do IDH, conforme já citado, é

calculado a partir de informações censitárias (PNUD, 2013).

O IFDM também possui valores que variam entre 0 e 1, representando nenhum e total desenvolvimento humano, respectivamente, e seus resultados podem ser interpretados da seguinte forma, conforme a instituição responsável por sua metodologia, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2015):

- até 0,4 – baixo desenvolvimento;
- entre 0,4 e 0,6 – desenvolvimento regular;
- entre 0,6 e 0,8 – desenvolvimento moderado; e
- acima de 0,800 – alto desenvolvimento.

Ainda como forma de avaliar as questões sociais entre os municípios da Microrregião, destaca-se o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), construído a partir de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e calculado para servir de modo complementar ao IDH. Destaca-se que, para sua obtenção, são considerados dezesseis indicadores, estruturados em três dimensões, entre as quais estão infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. Assim, seus resultados permitem um mapeamento sobre a exclusão e a vulnerabilidade social em cada um dos municípios brasileiros (IPEA, 2015).

Os seus resultados também variam entre 0 e 1, podendo ser classificados da seguinte forma, conforme IPEA (2015):

- até 0,200 – muito baixa;
- entre 0,200 e 0,300 – baixa;
- entre 0,300 e 0,400 – média;
- entre 0,400 e 0,500 – alta; e
- acima de 0,500 – muito alta.

Ressalta-se que, em todos os indicadores de desenvolvimento, o Brasil tem conseguido avanços nas comparações entre os últimos levantamentos. Nas últimas três décadas desde a criação do IDH até os dias de hoje, o Brasil conseguiu lograr melhorias nesse indicador em todas

as variáveis que o compõe, especialmente no quesito longevidade. O IDH do país saiu de 0,493, em 1991, para 0,727, em 2010, ou seja, em 20 anos saiu da posição considerada muito baixa para alta em termos de desenvolvimento (PNUD, 2013). Ainda assim, desafios em todas as áreas do desenvolvimento humano permanecem latentes, sobretudo se levar em conta as heterogeneidades das diversas regiões no país, principalmente quando se consideram, no nível regional, as disparidades que são observadas entre os municípios de uma mesma região.

Considerando que o desenvolvimento possui uma natureza desigual nos distintos territórios, a ONU também vem elencando esforços juntos aos países para que todos alcancem maior progresso e sejam garantidas condições dignas de vida para todos. Assim, ao longo dos anos, os estudos convergiram para a criação da Agenda 2030 e o lançamento dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável para serem alcançados até 2030 (AGENDA 2030).

Os objetivos descritos contemplam melhorias nas áreas que são geralmente utilizadas nos indicadores de desenvolvimento humano, com destaque para os objetivos (ONU, 2021, *on-line*):

- Objetivo 1 – “Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares”;
- Objetivo 3 – “Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”;
- Objetivo 4 – “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”;
- Objetivo 5 – “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”;
- Objetivo 8 – “Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos”.
- Objetivo 9 – “Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização

inclusiva e sustentável e fomentar a inovação”.

- Objetivo 10 – “Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países”.

A elevação dos indicadores de desenvolvimento humano alcançada pelo Brasil nos últimos anos, em boa parte, também é resultado das políticas sociais implantadas, especialmente o Programa Bolsa Família, implantado em 2003, que tinha como objetivo contribuir para a inclusão social das famílias brasileiras que viviam em condição de miséria e combater a fome. Além disso, também almejava estimular um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo pelos serviços de saúde e ajudar a superar indicadores ainda dramáticos que marcavam as trajetórias educacionais das crianças mais pobres: altos índices de evasão, repetência e defasagem idade-série. Nesse contexto, pretendia contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza (CAMPELLO, 2013).

Dado o caráter condicional do programa – o mesmo consiste na transferência de quantias monetárias para famílias pobres, tendo como contrapartida dos beneficiários, geralmente, o cumprimento da frequência escolar e o acompanhamento da saúde das crianças –, inúmeros estudos foram desenvolvidos, evidenciando seus impactos sobre a pobreza, a educação, a redução da desigualdade, o crescimento econômico e a saúde, que são condições fundamentais para a melhoria do desenvolvimento humano (BNB, 2010; CAMPELLO, 2013; PAIVA, BARTHOLO, 2013; HOFFMANN 2013; SPERANDIO et al., 2017).

Ademais, o programa permitiu a criação de um banco de dados, denominado Cadastro Único (CadÚnico), que é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e de extrema pobreza (MINISTÉRIO DO

DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS, 2017).

Assim, este artigo analisa os municípios da Microrregião Centro-Oeste sob a perspectiva dos indicadores tradicionais de desenvolvimento humano e de informações do CadÚnico.

3 METODOLOGIA

Este artigo analisa as questões relacionadas à desigualdade e à pobreza, bem como a sua relação com o desenvolvimento na Microrregião Centro-Oeste. Para tanto, em termos metodológicos, inicialmente será avaliado o desempenho dos municípios dessa região em indicadores tradicionais de desenvolvimento humano, tais como o IDH, o IFDM e o IVS.

Para uma discussão específica sobre desigualdade e pobreza sob a perspectiva da renda, serão utilizados os dados do CadÚnico a partir de uma consolidação de informações desse cadastro realizado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). As definições de pobreza e de extrema pobreza nessa abordagem são feitas com base nos estudos do Banco Mundial.

Este artigo também traz os resultados do cálculo realizado pelo IJSN, sobre o valor necessário para retirar os municípios da Microrregião de uma situação de pobreza e de extrema pobreza. Esse cálculo é feito com base no conceito do Hiato Médio de Pobreza e Extrema Pobreza. O hiato representa a quantidade de recursos adicionais necessários para que cada indivíduo abaixo da respectiva linha (seja de pobreza e/ou de extrema pobreza) precisaria receber para atingi-la. O cálculo do hiato representa o volume dos investimentos necessários para zerar a pobreza e a extrema pobreza (IJSN, 2019). A equação utilizada para o cálculo é dada por:

$$H = \sum \left(\frac{L - R}{L} \right) \quad (1)$$

Em que H representa o hiato, L a linha da pobreza e R a renda individual.

Para uma melhor discussão dos indicadores e estatísticas levantadas, este artigo também contou com entrevistas realizadas com moradores, lideranças e membros do Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS) da Microrregião.

Em função da pandemia de Covid-19, a maior parte das entrevistas foi realizada por videoconferência. A coleta de dados ocorreu durante os meses de agosto a dezembro de 2020.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ANÁLISE A PARTIR DE TRADICIONAIS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A partir da análise do IDH, pode-se inferir que, entre 1991 e 2010, houve evolução na qualidade de vida dos capixabas, progresso que foi acompanhado pela população da Centro-Oeste. Em 1991, todos os municípios da Microrregião Centro-Oeste estavam nas faixas de

desenvolvimento humano consideradas muito baixas ou baixas. Em 2010, todos os municípios tiveram desempenho considerado pelo menos como de médio desenvolvimento, com destaque para Colatina, São Gabriel da Palha, Baixo Guandu e São Roque do Canaã. Nesse sentido, observa-se que esses quatro municípios, de um total de dez da Região, apresentaram desempenho para seu IDH considerado alto.

Entretanto, na comparação desses municípios com os desempenhos apresentados pelo Espírito Santo, ou mesmo pelo país, em 2010, pode-se verificar que apenas Colatina teve um resultado superior a esses dois comparativos.

No outro extremo, Alto Rio Novo e Pancas aparecem como os municípios da Microrregião com os menores IDHs, 0,664 e 0,667, respectivamente, ainda assim considerados como de médio desenvolvimento.

Dessa forma, a partir dos dados da Tabela 1, é possível constatar a heterogeneidade dos resultados acerca do desenvolvimento humano entre os municípios da Microrregião.

Tabela 1: IDH da Microrregião Centro-Oeste (1991-2010)

Local	1991	2000	2010
Alto Rio Novo	0,364	0,564	0,664
Baixo Guandu	0,447	0,592	0,702
Colatina	0,546	0,657	0,746
Governador Lindenberg	0,389	0,544	0,694
Marilândia	0,482	0,597	0,696
Pancas	0,359	0,527	0,667
São Domingos do Norte	0,445	0,562	0,682
São Gabriel da Palha	0,448	0,617	0,709
São Roque do Canaã	0,436	0,603	0,700
Vila Valério	0,372	0,515	0,675
Espírito Santo	0,505	0,640	0,740
Brasil	0,493	0,612	0,727

Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2013.

Além disso, os resultados do desmembramento do IDH dos municípios, para o ano de 2010, em itens, como

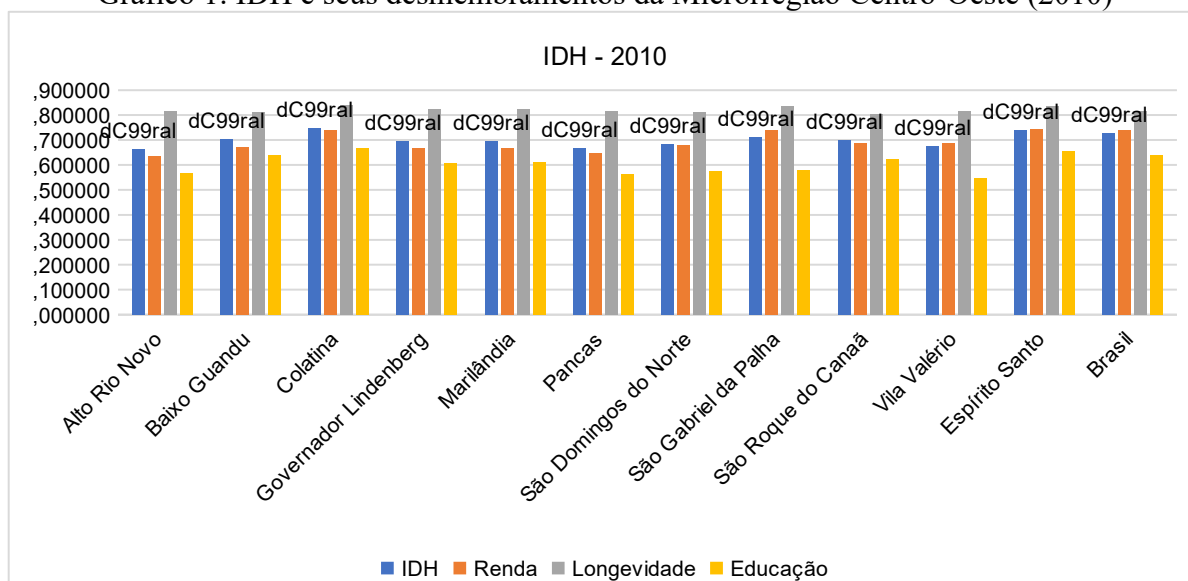
longevidade, educação e renda, podem ser analisados por meio do Gráfico 1.

Como se pode perceber, com base nos dados do Gráfico 1, dos três

componentes do IDH, em todos os casos,

os resultados mais satisfatórios foram os apresentados pela variável longevidade.

Gráfico 1: IDH e seus desmembramentos da Microrregião Centro-Oeste (2010)



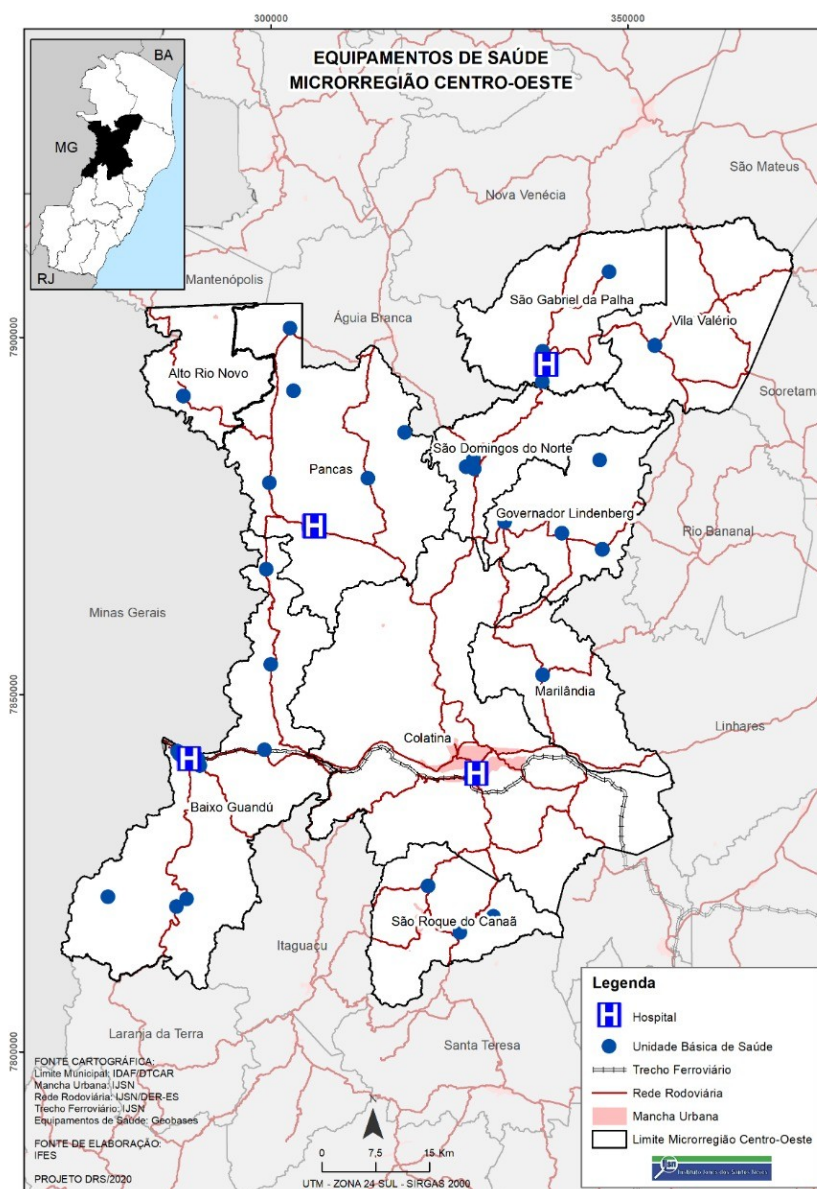
Fonte: PNUD, 2013.

Ainda em relação à longevidade na região Centro-Oeste, é importante destacar a estrutura disponível na área da saúde do município de Colatina, cuja oferta de atendimento de sua rede ultrapassa os limites da Microrregião e do próprio Estado do Espírito Santo.

Apesar desse destaque de Colatina, todos os municípios da Região possuem alguma estrutura na área da saúde, como pode ser percebido na Figura 1.

Entretanto, de acordo com informações obtidas por meio de entrevistas com os membros do Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS) da Região e com moradores locais, uma demanda recorrente é a necessidade de melhoria na rede assistencial da saúde nos distritos e nas áreas rurais de maneira geral, especialmente em função da carência por médicos. Além disso, os entrevistados enfatizam que esta estruturação é essencial para melhoria na qualidade de vida dos moradores locais, já que muitos necessitam de realizar deslocamentos em busca de atendimento.

Figura 1: Localização dos estabelecimentos de saúde na Microrregião (2020)



Fonte: DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – DRS, 2020.

Entre os componentes do IDH, destacam-se, ainda, os resultados da educação, cujo desempenho apresentou os menores valores em todos os municípios da Região, durante o ano de 2010.

Em que pese o avanço recente na educação técnica e superior na Microrregião, com a presença dos dois campi do Ifes e uma rede de instituições privadas de ensino, com destaque para a Unesc, no que tange à educação, especialmente no campo, a oferta foi reduzida e a qualidade da educação medida pelo Indicador de Desenvolvimento da

Educação Básica (Ideb) continua baixa, sobretudo nos anos finais do ensino fundamental.

Entre 2009 e 2019 foi observada a redução da quantidade de estabelecimentos ofertantes da educação básica na área rural: em oito dos dez municípios, a quantidade de escolas decresceu. Em Baixo Guandu, a oferta estadual foi encerrada (23 escolas), assim como em Colatina (uma escola). Em Pancas, das 51 escolas municipais existentes na área rural, em 2009, apenas 26 restavam, em 2019.

Os municípios da Microrregião Centro-Oeste possuem forte base rural. De forma geral, a Microrregião possui o ensino rural majoritariamente municipalizado, com exceção de São Gabriel da Palha, que possui 13 das 22 escolas rurais sob dependência administrativa estadual. O movimento de redimensionamento da demanda escolar no campo, ocorrido nos anos recentes, foi observado pela população, sobretudo do interior.

Um ponto de atenção deve ser observado pelos gestores locais quando decidem manter ou não uma escola rural. No campo, a demanda por educação, em muitos distritos, é naturalmente sazonal em função das colheitas. Há momentos que, de fato, serão poucos alunos matriculados, especialmente nas entressafras, em outros, a demanda será maior. Essas questões precisam ser levadas em conta nas decisões de políticas públicas voltadas à educação rural.

Como mencionado por uma professora entrevistada, “quando se fecha uma escola e uma igreja, é praticamente fechada uma comunidade”. Essas localidades do interior têm vínculo afetivo forte com a escola e a perda de uma unidade escolar traz impactos em termos de desenvolvimento humano. Ainda que o poder público disponibilize transporte escolar e outras condições de acesso à escola, as condições de vida são afetadas quando se perde o vínculo da escola na comunidade.

Em termos de qualidade da educação, embora nos anos iniciais do ensino fundamental os indicadores têm mostrado que a Microrregião tem conseguido alcançar a meta do Ideb, quanto mais se avança nos anos de estudo, mais desafiador tem sido ampliar a qualidade do ensino, ficando sempre abaixo das metas estipuladas, conforme pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2: Ideb e projeções da rede pública: Ensino Fundamental anos finais (2005 a 2019)

Unidade territorial	Ideb								Projeção Ideb		
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	Situação em relação a projeção de 2019	2019	2021
Alto Rio Novo	3,7	3,9	3,4	3,8	4,8	4,1	5,3	5,3	Abaixo	5,4	5,7
Baixo Guandu	3,6	3,8	4,2	4,2	4,1	4,0	4,4	4,7	Abaixo	5,4	5,6
Colatina	4,2	4,3	4,5	4,3	4,6	4,8	4,9	4,7	Abaixo	5,9	6,1
Governador Lindenberg	4,4	4,6	4,7	4,3	4,4	4,6	5,3	5,0	Abaixo	6,1	6,3
Marilândia	4,6	4,7	5,2	5,1	5,4	4,9	5,6	5,3	Abaixo	6,2	6,4
Pancas	3,9	4,3	4,2	4,0	4,5	4,3	4,7	4,9	Abaixo	5,6	5,8
São Domingos do Norte	4,0	3,9	3,8	4,4	4,5	4,2	4,4	4,8	Abaixo	5,7	5,9
São Gabriel da Palha	3,9	3,5	4,0	4,2	4,1	4,0	4,7	5,4	Abaixo	5,6	5,8
São Roque do Canaã	4,2	4,4	4,6	4,7	5,1	5,2	5,5	5,1	Abaixo	5,9	6,1
Vila Valério	4,2	4,1	4,3	4,3	4,5	4,6	5,2	5,0	Abaixo	5,9	6,1
Espírito Santo	3,5	3,7	3,8	3,9	3,9	4,1	4,4	4,7	Abaixo	5,2	5,5

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2005-2019.

Como pode ser visto na Tabela 2, embora tenha aumentado a qualidade da educação no Estado e na Microrregião, na última década, ambos não têm conseguido alcançar as metas projetadas no Ideb para os anos finais da educação básica, comprometendo a continuidade do ensino nas etapas seguintes de forma satisfatória. A garantia da educação de qualidade para

todos, como preconizada no Objetivo 4 do Desenvolvimento Sustentável, ainda é uma tarefa desafiadora para a sociedade.

Para completar a análise das variáveis componentes do IDH, tem-se a questão da renda. Nesse quesito, os dados mostram que a maioria da população da Microrregião Centro-Oeste possui uma renda baixa (Tabela 3).

Tabela 3: Distribuição percentual dos domicílios, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*, em salário mínimo (SM) (2010)

Município	Em percentual										Em números absolutos	
	Sem rendimento	Até 1/8 de SM	Mais de 1/8 a 1/4 de SM	Mais de 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 3 SM	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Total	Total
Alto Rio Novo	2,7	4,6	14,0	24,2	33,7	14,7	3,3	2,1	0,6	0,2	100,0	2.301
Baixo Guandu	3,2	1,9	6,9	21,9	36,8	20,3	4,8	2,7	1,1	0,3	100,0	9.349
Colatina	2,0	0,6	3,8	15,3	34,7	28,6	7,3	4,6	2,4	0,7	100,0	36.191
Governador Lindenberg	1,3	1,5	8,8	20,5	36,3	23,2	4,7	2,3	1,0	0,3	100,0	3.356
Marilândia	1,0	0,7	5,6	18,1	39,4	26,6	5,0	2,5	0,9	0,3	100,0	3.557
Pancas	2,1	3,3	11,6	28,0	34,0	14,5	3,4	2,0	0,9	0,3	100,0	6.522
São Domingos do Norte	2,4	2,5	8,2	19,8	37,1	21,0	5,3	2,5	0,9	0,4	100,0	2.531
São Gabriel da Palha	4,5	1,5	5,3	16,6	36,8	25,3	5,1	3,0	1,6	0,4	100,0	10.256
São Roque do Canaã	2,6	1,3	5,6	17,5	39,7	25,4	5,0	1,8	0,8	0,2	100,0	3.512
Vila Valério	3,0	2,7	10,9	22,5	31,6	21,5	4,2	2,2	1,0	0,5	100,0	4.218
Centro-Oeste	2,5	1,4	6,1	18,4	35,5	24,7	5,8	3,4	1,7	0,5	100,0	81.793
Espírito Santo	3,3	1,5	5,8	17,2	30,9	23,4	7,4	5,6	3,6	1,3	100,0	1.101.394

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Elaborado pelos autores.

Ao se analisar o percentual acumulado dos domicílios que recebem até um salário mínimo, nota-se que todos os municípios tiveram resultados superiores a 50% do total. Dentre eles, destaca-se o caso de Alto Rio Novo, cuja representatividade dos domicílios que possuem até um salário mínimo foi de 79,2%. Por outro lado, o município que teve menor resultado para o acumulado até um salário mínimo foi Colatina, com 56,4%, que, por sua vez, foi o único que teve um desempenho melhor que o Estado para esse caso, com uma representatividade de 58,6%.

Um dos desafios dos gestores locais para melhorar a qualidade de vida da população passará pelas políticas de geração de emprego e renda. Uma das faces da pobreza é a escassez de renda e, como será mostrado no item 4.2, a Microrregião possui um contingente populacional elevado em condições de pobreza e de extrema pobreza. Para alcançar melhorias consecutivas nos indicadores de desenvolvimento humano, especialmente no IDH, faz-se necessário manter e ampliar as políticas de apoio à saúde e à educação e, sobretudo, as políticas de transferência e de criação de

renda, as quais impactam sobremaneira o desenvolvimento humano.

Consoante mostrado no referencial teórico, diante da defasagem de tempo dos dados do PNUD (2013), outro modo para representar o desempenho do “desenvolvimento humano”, com base em informações mais recentes, refere-se ao IFDM.

A partir dos resultados disponíveis na Tabela 4, constata-se que, em todos os casos, os valores oscilaram entre os anos de 2005 e 2016. Todavia, ao se comparar o primeiro com o último ano da série, percebe-se que Marilândia, São Gabriel da Palha e São Roque do Canaã tiveram queda. Já entre as melhorias, ressalta-se o desempenho de Colatina, que saiu de 0,774, em 2005, para 0,801, em 2016, o que, de acordo com a classificação da própria Firjan, pode ser considerado como de “alto desenvolvimento”, sendo o único da Microrregião.

Os municípios de menor desempenho no IFDM continuam os mesmos do IDH, porém, o menor desempenho no indicador da Firjan passa a ser Pancas (0,621), seguido de Alto Rio Novo (0,671).

Tabela 4: IFDM da Microrregião Centro-Oeste (2005-2016)

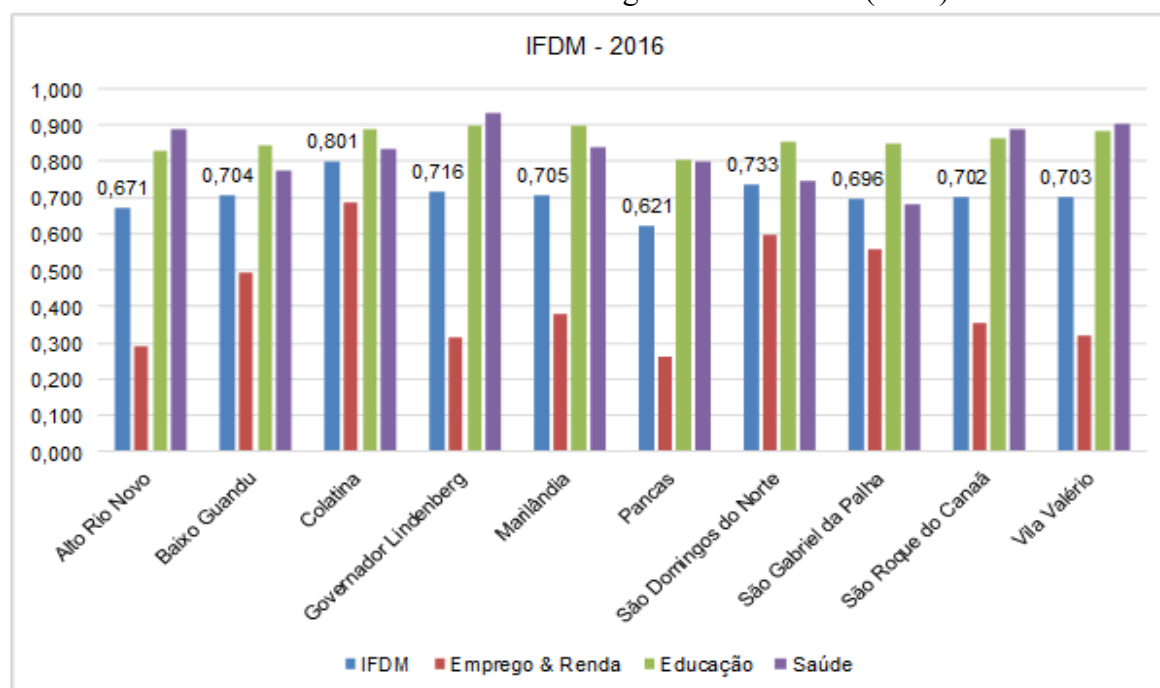
Local	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Alto Rio Novo	0,639	0,641	0,660	0,654	0,702	0,690	0,706	0,746	0,675	0,706	0,699	0,671
Baixo Guandu	0,645	0,615	0,682	0,646	0,701	0,729	0,741	0,734	0,753	0,752	0,684	0,704
Colatina	0,774	0,776	0,775	0,797	0,815	0,844	0,833	0,846	0,846	0,849	0,807	0,801
Governador Lindenberg	0,670	0,702	0,697	0,641	0,678	0,688	0,755	0,758	0,755	0,722	0,710	0,716
Marilândia	0,719	0,714	0,673	0,688	0,740	0,769	0,810	0,769	0,802	0,805	0,736	0,705
Pancas	0,598	0,649	0,633	0,689	0,696	0,705	0,715	0,716	0,736	0,686	0,641	0,621
São Domingos do Norte	0,595	0,590	0,628	0,655	0,684	0,681	0,714	0,706	0,700	0,689	0,703	0,733
São Gabriel da Palha	0,717	0,694	0,704	0,720	0,738	0,769	0,756	0,761	0,694	0,734	0,696	0,696
São Roque do Canaã	0,707	0,757	0,771	0,702	0,754	0,793	0,794	0,796	0,765	0,737	0,715	0,702
Vila Valério	0,608	0,614	0,602	0,653	0,612	0,713	0,730	0,732	0,758	0,724	0,747	0,703

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), 2018. Elaborado pelos autores.

Os resultados dos desdobramentos do IFDM para os municípios da Região, em 2016, de acordo com o Gráfico 2, indicam que os piores desempenhos, para todos os casos, estão relacionados a “emprego e renda”. Já os melhores variaram de acordo com o município, entre os itens de “educação” e de “saúde”.

Esses resultados, quando comparados aos apresentados pelo IDH (que, por sua vez, teve como pior resultado o item educação), são justificados, na maioria das vezes, pelas diferenças entre as fontes e as variáveis utilizadas.

Gráfico 2: IFDM da Microrregião Centro-Oeste (2016)



Fonte: Firjan, 2018. Elaborado pelos autores.

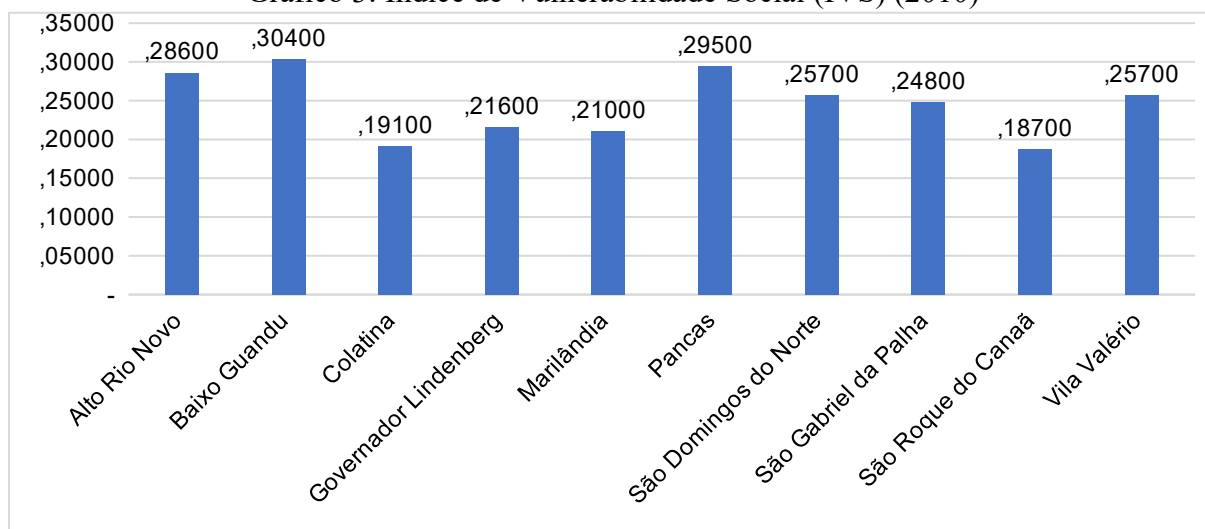
Ainda como forma de avaliar as questões sociais entre os municípios da Microrregião, destaca-se o IVS, construído a partir de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e calculado para servir de modo complementar ao IDHM.

Ao se analisar os resultados do IVS para os municípios da Microrregião Centro-Oeste, de acordo com o Gráfico 3, nota-se que os maiores valores foram identificados em Baixo Guandu e Pancas, onde ambos registraram IVS de 0,30, um desempenho considerado como “baixo”. Por outro lado, São Roque do Canaã e

Colatina (o mais populoso da Região)

apresentaram IVS com o menor resultado, de 0,19, considerado “muito baixo”.

Gráfico 3: Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) (2010)



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2020. Elaborado pelos autores.

Esses resultados apresentados demonstram os desafios associados ao tema desenvolvimento humano na Microrregião Centro-Oeste, especialmente sobre o item vulnerabilidade social, diante não só de seus desempenhos reduzidos, como também das diferenças observadas mediante as particularidades de cada um deles.

4.2 DESIGUALDADE E POBREZA – UMA ANÁLISE A PARTIR DE DADOS DO CADÚNICO

Embora não seja a única medida de desigualdade e pobreza reconhecida na literatura, a renda *per capita* é um indicador importante para se analisar as questões referentes à pobreza, uma vez que a falta de recursos limita, em diversos aspectos, as escolhas das pessoas, restringindo suas liberdades. Este item analisa as questões referentes à pobreza e à desigualdade na Microrregião Centro-Oeste, tendo como base o CadÚnico. O Cadastro Único incorpora dados de famílias que tenham renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo ou renda familiar de até três salários mínimos. Trata-se de uma fonte relevante para análise da pobreza, uma vez que possibilita

o acesso das famílias aos diversos programas sociais, sendo sua abrangência quase censitária.

Ressalta-se que o conceito de pobreza e de extrema pobreza aqui utilizado é referente a US\$ 5,5 dia (R\$ 425,22 centavos em valores de março de 2019) para quem ocupa a linha de pobreza e US\$1,9 dia (R\$ 146,90 centavos em valores de março de 2019) para a extrema pobreza. Esse conceito foi adotado pelo Banco Mundial para países de renda média alta, como o Brasil (IJSN, 2019).

Com base nos dados que se encontram na Tabela 5, percebe-se que, apesar de a Região ter 7,7% das pessoas cadastradas no sistema no Espírito Santo, ao se analisar a representatividade daqueles que podem ser classificados como extremamente pobres e/ou pobres, nos totais do Estado, há valores inferiores, iguais a 5,6% e a 7,1%, respectivamente. Ou seja, a Microrregião Centro-Oeste possui uma concentração de pessoas consideradas extremamente pobres e/ou pobres, em seus registros no CadÚnico, menores que os resultados apresentados pelas demais microrregiões do Espírito Santo, do ponto de vista relativo.

Tabela 5: Quantidade de pobres e/ou extremamente pobres no CadÚnico, no Espírito Santo, por município (2019)

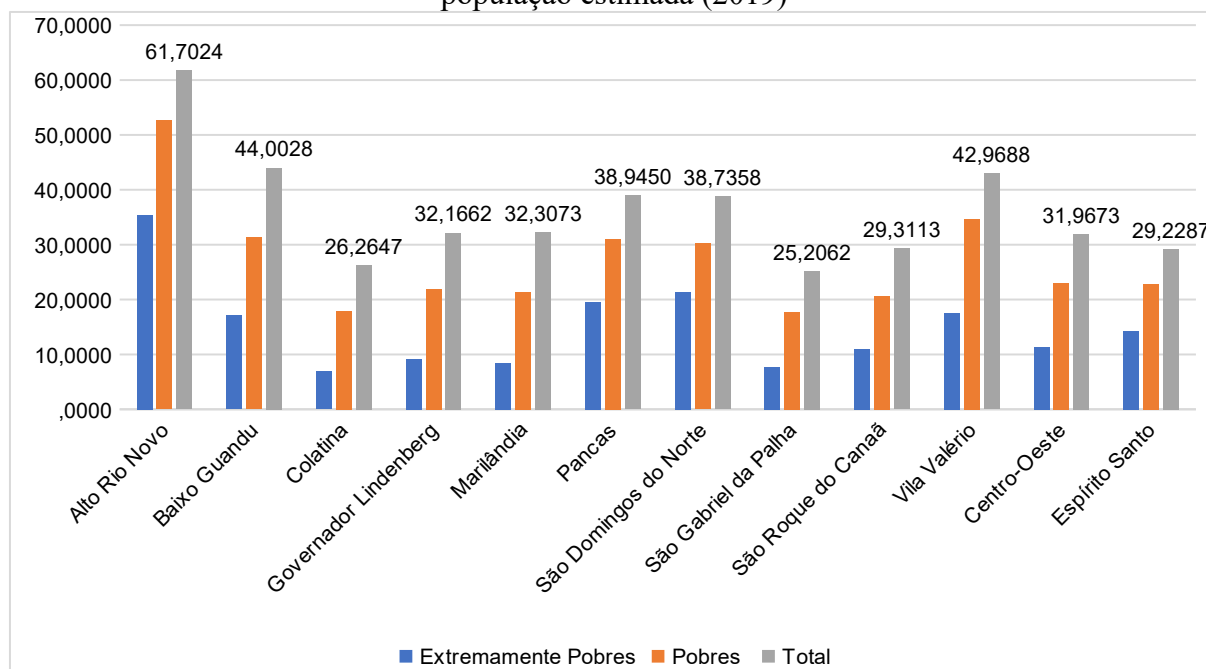
Município	Extremamente Pobres	Pobres	Total	Participação % dos extremamente pobres no total	Participação % dos pobres no total
	Em números absolutos				
Alto Rio Novo	2.778	4.122	4.835	57,5	85,3
Baixo Guandu	5.291	9.716	13.640	38,8	71,2
Colatina	8.474	21.959	32.174	26,3	68,3
Governador Lindenberg	1.165	2.791	4.088	28,5	68,3
Marilândia	1.090	2.738	4.146	26,3	66,0
Pancas	4.543	7.183	9.029	50,3	79,6
São Domingos do Norte	1.843	2.608	3.346	55,1	77,9
São Gabriel da Palha	2.945	6.715	9.565	30,8	70,2
São Roque do Canaã	1.369	2.560	3.639	37,6	70,3
Vila Valério	2.476	4.877	6.050	40,9	80,6
Centro-Oeste	31.974	65.269	90.512	35,3	72,1
Espírito Santo	575.400	918.990	1.174.599	49,0	78,2
Participação % da região no total do ES	5,6	7,1	7,7	-	-

Fonte: IJSN, 2020. Elaborado pelos autores.

Em relação à quantidade de pessoas registradas no CadÚnico, por meio do Gráfico 4, pode-se avaliar a sua representatividade na população de cada um dos municípios da Microrregião, de acordo com estimativas para o ano de 2019. Com base nesses resultados, é importante destacar os apresentados por

Alto Rio Novo, cujo número de pessoas no sistema representou 61,7% do total de habitantes. Além disso, no total, a participação percentual de pessoas no CadÚnico foi de 32,0%, resultado superior ao constatado no Espírito Santo, que foi de 29,2%.

Gráfico 4: Participação percentual de pessoas registradas no CadÚnico, em relação à população estimada (2019)



Fonte: IJSN, 2020; IBGE, 2020. Elaborado pelos autores.

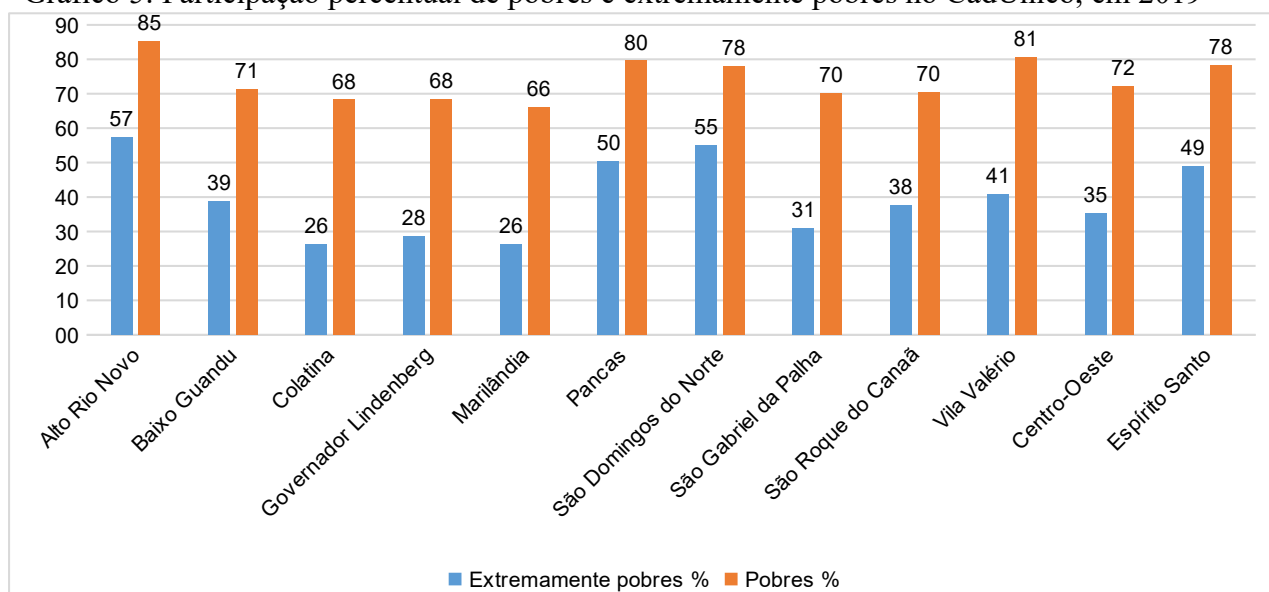
A representatividade dos pobres e/ou dos extremamente pobres, nos totais

registrados no sistema do CadÚnico, por município, também pode ser verificada por

meio do Gráfico 5. Com base nesses resultados, observa-se que o município da Microrregião Centro-Oeste com maior participação de pessoas consideradas pobres e/ou extremamente pobres em seus registros do CadÚnico também foi Alto Rio Novo. Sobre esse município, cabe destacar que o mesmo também é o que possui os menores IDH e IFDM, conforme já apresentado anteriormente.

Por outro lado, o menor desempenho para a participação percentual de pobres, no total registrado no CadÚnico, entre os municípios da Região, foi Marilândia. Já na relação aos que tiverem menores participações percentuais dos extremamente pobres nos totais cadastrados, percebe-se que, além desse município, também há o destaque para Colatina.

Gráfico 5: Participação percentual de pobres e extremamente pobres no CadÚnico, em 2019



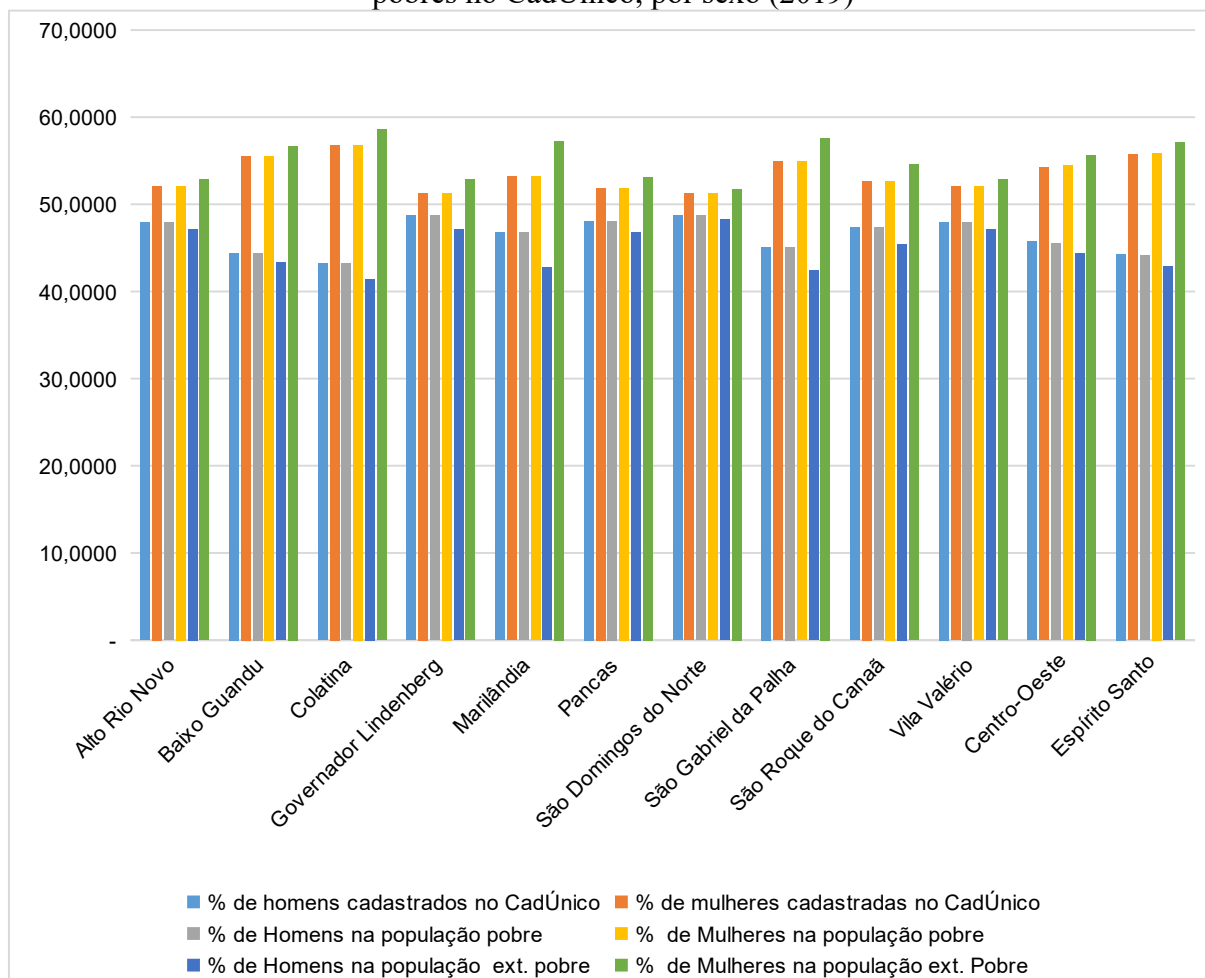
Fonte: IJSN, 2020. Elaborado pelos autores.

Ressalta-se que a Microrregião possui população estimada em cerca de 285 mil habitantes. Desses, 65 mil se declararam pobres no CadÚnico, representando 22,8% da população total da Região, enquanto 11,21% dos moradores da Centro-Oeste são classificados como extremamente pobres. Isso ressalta o fato de que a população continua dependente

dos programas de transferência de renda dos governos.

Na distribuição percentual das pessoas registradas no CadÚnico, por sexo, e em suas classificações como pobres ou extremamente pobres, verifica-se, por meio do Gráfico 6, que há uma maior concentração de mulheres em todas as situações apresentadas.

Gráfico 6: Distribuição percentual das pessoas caracterizadas como pobres ou extremamente pobres no CadÚnico, por sexo (2019)



Fonte: IJSN, 2020. Elaborado pelos autores.

O CadÚnico é um cadastro de referência do Governo Federal para a execução das políticas sociais. Na Microrregião, foram relatados, durante as entrevistas com atores locais, os dramas das mulheres que vivem em situação de alta vulnerabilidade, de modo que o cadastro reforça essa percepção. Historicamente, as mulheres recebem uma remuneração inferior aos homens, além de exercerem longas jornadas de trabalho não identificado nas estatísticas e não remunerado, como mostrado por Bregman (2018). Propor políticas que levem ao desenvolvimento sustentável passa necessariamente pelas ações voltadas à inclusão das mulheres.

Outro aspecto também analisado a partir dos dados do CadÚnico diz respeito à quantidade de famílias no sistema,

inclusive considerando a possibilidade de elas terem crianças menores de seis anos e de serem pobres e/ou extremamente pobres, o que pode ser verificado pela Tabela 6.

Sobre esses resultados, do ponto de vista da quantidade, percebe-se que a maior concentração de famílias com crianças menores de seis anos encontra-se no município de Colatina, cuja situação está relacionada ao seu próprio porte. Por outro lado, Alto Rio Novo continua sendo um município que demanda maior atenção, uma vez que possui a menor população entre os municípios da Microrregião e registra praticamente o dobro de famílias extremamente pobres com crianças menores de seis anos do que Governador Lindenberg, por exemplo.

Tabela 6: Número de famílias com membros na primeira infância, no CadÚnico Espírito Santo, em situação de pobreza e de extrema pobreza, por município e microrregião (2019)

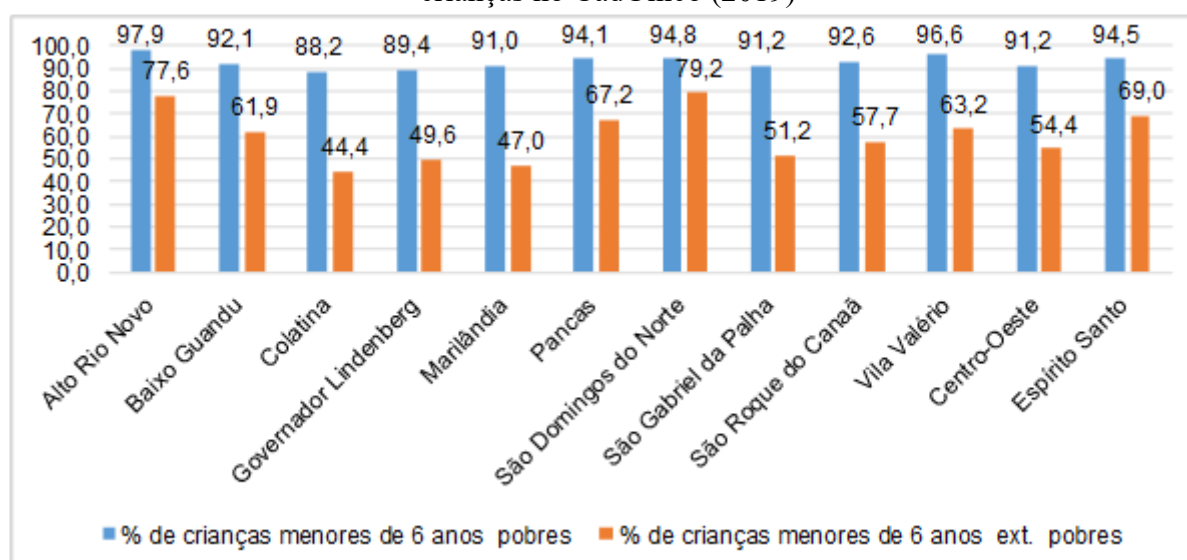
Município	Número de Famílias	Famílias com crianças menores de 6 anos	Famílias pobres com crianças menores de 6 anos	Famílias extremamente pobres com crianças menores de 6 anos	Crianças menores de 6 anos	Crianças menores de 6 anos - pobres	Crianças menores de 6 anos - extremamente pobres
Alto Rio Novo	1.689	397	388	300	473	463	367
Baixo Guandu	5.125	1.254	1.141	736	1.454	1.339	900
Colatina	11.862	3.200	2.763	1.291	3.866	3.410	1.715
Governador Lindenberg	1.266	323	284	155	379	339	188
Marilândia	1.359	328	293	144	387	352	182
Pancas	3.072	767	716	501	866	815	582
São Domingos do Norte	1.130	251	237	196	307	291	243
São Gabriel da Palha	3.356	888	799	425	1.085	990	556
São Roque do Canaã	1.293	294	268	161	350	324	202
Vila Valério	1.918	517	497	314	617	596	390
Centro-Oeste	32.070	8.219	7.386	4.223	9.784	8.919	5.325
Espírito Santo	415.109	114.773	107.492	76.519	139.476	131.779	96.179
Participação % da região no total do ES	7,7	7,2	6,9	5,5	7,0	6,8	5,5

Fonte: IJSN, 2020. Elaborado pelos autores.

No caso da participação percentual de crianças pobres e/ou extremamente pobres, no total de crianças registradas no sistema, nota-se que os maiores resultados

foram registrados em Alto Rio Novo (com 97,9%) e em São Domingos do Norte (79,2%), respectivamente.

Gráfico 7: Participação percentual de crianças pobres e/ou extremamente pobres, no total de crianças no CadÚnico (2019)



Fonte: IJSN, 2020. Elaborado pelos autores.

Outro indicador utilizado para avaliar questões associadas à pobreza e à extrema pobreza é o hiato. Diferentemente das situações anteriores, nesse caso,

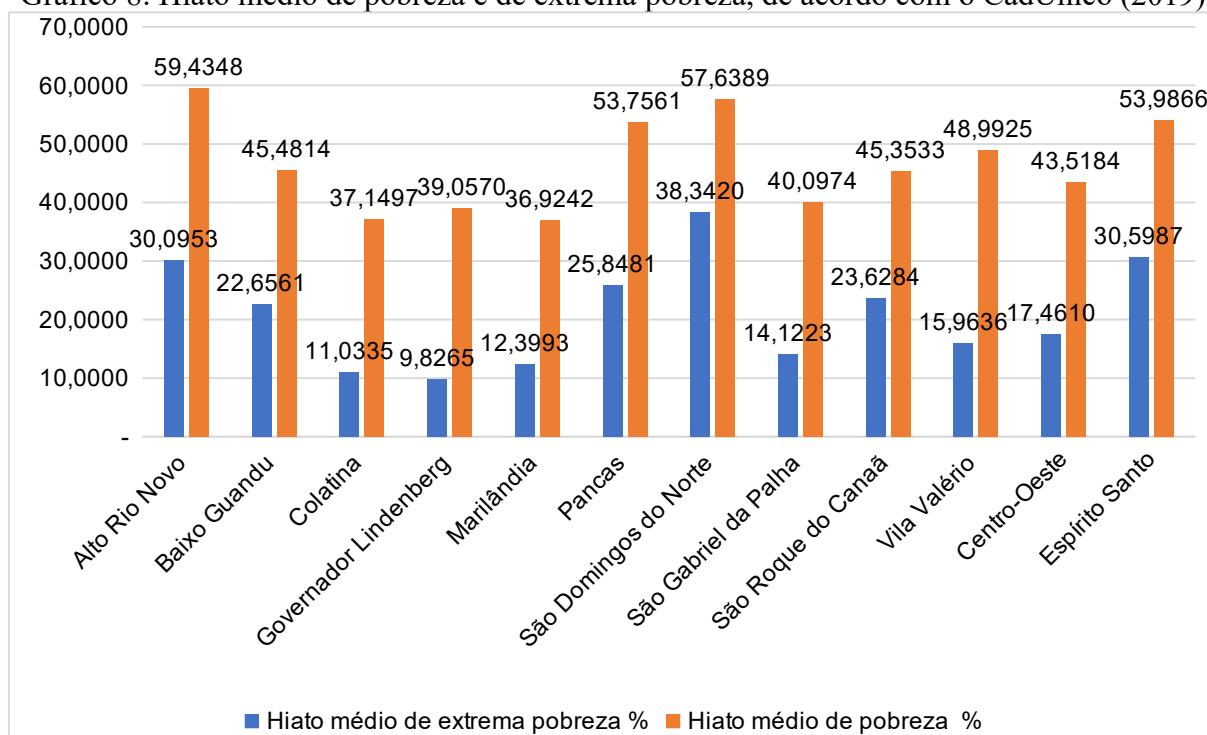
considera-se a quantidade de recursos adicionais necessários para que cada indivíduo abaixo da respectiva linha (seja de pobreza e/ou de extrema pobreza)

precisaria receber para atingi-la. O seu resultado pode ser apresentado como percentual da linha e sua interpretação indica que, quanto menor o resultado, mais fácil é de se deixar a respectiva situação apresentada. Esse indicador é importante, uma vez que, além de demonstrar a profundidade da situação colocada (seja pobreza e/ou extrema pobreza) “[...] fornece o custo de um programa de combate à pobreza, com base em uma transferência perfeitamente focalizada e

sem considerar os gastos com a burocracia” (IJSN, 2019, p. 24).

A partir dessa análise, observa-se que os menores resultados para a eliminação, tanto da extrema pobreza quanto da pobreza, foram registrados em Governador Lindenberg, Colatina e Marilândia. Por outro lado, os maiores valores para as duas situações foram registrados em São Domingos do Norte e Alto Rio Novo.

Gráfico 8: Hiato médio de pobreza e de extrema pobreza, de acordo com o CadÚnico (2019)



Fonte: IJSN, 2020. Elaborado pelos autores.

Nota: O Hiato de extrema pobreza é medido em porcentagem da linha de extrema pobreza; e o hiato de pobreza é medido em porcentagem da linha de pobreza.

De maneira geral, o hiato médio, para os municípios da Microrregião, da extrema pobreza é mais baixo do que o da pobreza, o que pressupõe que, para a Microrregião, os investimentos tendem a ser um pouco menores do que quando comparado à média do Estado (54% pobreza e 30,6 extrema pobreza). Para os municípios de Alto Rio Novo, Pancas e São Domingos do Norte, chama atenção a

taxa do hiato de pobreza estar acima dos 50%.

A Tabela 7 apresenta o volume de investimentos necessários para a erradicação da pobreza e da extrema pobreza nos municípios da Microrregião. O cálculo foi realizado para um investimento anual e aponta um montante de R\$ 146.624.950,57 para a erradicação da pobreza e de R\$ 10.990.964,71 no que tange à extrema pobreza na Microrregião.

Tabela 7: Volumes de recursos anuais necessários para a erradicação da pobreza e da extrema pobreza, nos municípios da Microrregião Centro-Oeste

Município	Volume de recurso anual para erradicar a pobreza	Volume de recurso anual para erradicar a extrema pobreza
Alto Rio Novo	R\$ 12.500.970,27	R\$ 1.473.784,42
Baixo Guandu	R\$ 22.548.427,49	R\$ 2.113.128,74
Colatina	R\$ 41.625.819,71	R\$ 1.648.180,61
Governador Lindenberg	R\$ 5.562.290,25	R\$ 201.803,10
Marilândia	R\$ 5.158.690,44	R\$ 238.246,60
Pancas	R\$ 19.702.827,22	R\$ 2.070.019,34
São Domingos do Norte	R\$ 7.670.403,32	R\$ 1.245.670,39
São Gabriel da Palha	R\$ 13.739.064,40	R\$ 733.151,58
São Roque do Canaã	R\$ 5.924.392,01	R\$ 570.217,84
Vila Valério	R\$ 12.192.065,47	R\$ 696.762,10
Microrregião Centro-Oeste	R\$ 146.624.950,57	R\$ 10.990.964,71

Fonte: IJSN, 2019. Elaborado pelos autores.

Como mostrado na Tabela 7, o volume de recursos anuais para retirar cerca de 65 mil pessoas da pobreza na Microrregião Centro-Oeste é estimado em R\$ 146.624.950,57 e para retirar quase 32 mil pessoas da extrema pobreza tal montante é de R\$ 10.990.964,71.

Os dados apontam que há uma desigualdade de renda latente dentro da Microrregião. Quando se observa os municípios de São Gabriel da Palha e Alto Rio Novo, por exemplo, constata-se que o primeiro possui uma população quase cinco vezes maior que a do segundo, sendo que, para zerar a extrema pobreza em Alto Rio Novo, são necessários, praticamente, o dobro de recursos de São Gabriel da Palha.

Por fim, cumpre ressaltar que esses valores foram calculados para períodos anteriores à pandemia do Covid-19. Com o aumento da vulnerabilidade social verificada pós-pandemia (SESSA et al. 2020), esses valores e as demais estatísticas aqui apresentadas precisarão ser revistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo geral analisar as questões relacionadas à desigualdade e à pobreza na Microrregião Centro-Oeste.

Para tanto, partiu-se da análise dos indicadores tradicionais sobre desenvolvimento humano tratados na

literatura. Essa análise é importante porque tais indicadores são compostos de variáveis, como educação e saúde, que são dois fatores que aumentam o potencial de a pessoa auferir renda e, assim, livrar-se da pobreza medida pela renda.

Como defendido por Sen (2010, p.124)

quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria.

Com base nos dados apresentados, observa-se que todos os indicadores de desenvolvimento humano da Microrregião lograram êxito nos últimos anos, acompanhando as tendências brasileira e capixaba. Contudo, é latente a desigualdade na Microrregião, mediante comparação entre os resultados de seus dez municípios.

Um município como Colatina, que centraliza os serviços de saúde e de educação, e cuja oferta de atendimento ultrapassa os limites do Estado, possui os melhores resultados. Em contrapartida, Alto Rio Novo, que possui a menor população na Microrregião, configura-se em todos os indicadores como de menor desempenho em termos de desenvolvimento humano.

O quesito longevidade do IDH é o que melhor se destaca entre os municípios

da Microrregião. O artigo mostrou que, de fato, os municípios são todos atendidos com no mínimo uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e que há hospitais em quatro municípios da Microrregião. Além disso, os gastos com saúde *per capita* são maiores que a média estadual. Entretanto, os moradores locais percebem uma necessidade de melhoria na rede assistencial de saúde nas áreas rurais.

No que se refere à educação e à renda, esses são dois gargalos que os municípios enfrentam e que impactam, de forma negativa, os indicadores de desenvolvimento humano. A oferta e a qualidade da educação básica não são satisfatórias. Nos anos mais recentes, a oferta de vagas da educação rural foi reduzida e isso é grave na Microrregião, considerando que boa parte dos municípios contam com população expressiva no campo. A qualidade da educação básica, apesar de ter evoluído, ainda é precária. A meta projetada para o Ideb é baixa e nenhum município da Microrregião a tem alcançado.

Com uma educação de baixa qualidade, as capacidades da população em ampliar suas rendas são reduzidas. A Microrregião possui renda domiciliar bem abaixo da média do Estado e, como forma de qualificar melhor a desigualdade, a partir da perspectiva da renda, foram analisados os dados do CadÚnico.

Os dados do CadÚnico ressaltaram a condição de vulnerabilidade social em que se encontram mais de 65 mil pessoas na Microrregião, as quais são consideradas pobres, sendo destas, quase 32 mil extremamente pobres. Na análise por gênero, os dados indicam uma alta participação das mulheres em condições de vulnerabilidade, além de crianças na primeira infância.

No contexto apresentado no artigo, para reduzir a desigualdade social na Microrregião Centro-Oeste do Espírito Santo, é necessário um esforço conjunto de todas as secretarias e em todo os níveis de Governo e sociedade civil organizada.

Ações voltadas unicamente para ampliar os programas de transferência de renda, embora importantes, não são suficientes para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza, uma vez que essas questões possuem outras faces além da renda.

É necessário operacionalizar uma série de instrumentos voltados para a oferta de uma educação de qualidade, de saúde, de infraestrutura que permita o desenvolvimento das atividades produtivas geradoras de emprego e renda, a qual atenda tanto as empresas de maior porte quanto os pequenos negócios familiares.

No caso da Microrregião Centro-Oeste, fortalecer a agricultura familiar e o turismo rural são ações estratégicas para melhoria da qualidade de vida da população. Essas atividades contribuem para fixar as pessoas no território, reduzindo os bolsões de pobreza nos centros urbanos. No entanto, as pessoas precisam viver com dignidade nas áreas rurais. Faz-se necessária a infraestrutura para viabilizar seus negócios. Ações voltadas para o saneamento básico rural, a segurança hídrica, a infraestrutura de estradas e de telecomunicações e energia são fundamentais.

As ações voltadas para o combate à desigualdade e à pobreza nesse território devem ainda ser desenhadas, considerando a melhoria da qualidade de vida das mulheres e das crianças. Os dados do CadÚnico apresentados neste artigo destacaram a existência de milhares de mulheres e crianças vivendo em condições de vulnerabilidade social na Microrregião.

Por fim, cumpre ressaltar que todas as análises constantes neste artigo, advindas de fontes oficiais, foram realizadas num contexto de ausência de pandemia do Covid-19. As ações necessárias para combater a desigualdade, em todas as suas faces, eliminar a pobreza e garantir condições de vida mais dignas para a população deverão ser muito mais efetivas e desafiadoras dentro deste novo cenário.

AGRADECIMENTOS

À FAPES pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:

<http://www.agenda2030.org.br/sobre/#:~:text=A%20Agenda%202030%20%C3%A9%20um,dentro%20dos%20limites%20do%20planeta..>
Acesso em 16 abr. 2021.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB. **Análise dos Impactos do Programa Bolsa Família na área de atuação do BNB e no Brasil**. BNB, 2010.

BANERJEE, A.V.; BANERJEE, A.; DUFLO, E. **Poor Economics: a radical rethinking of the way to fight global poverty**. PublicAffairs, 2011.

BREGMAN, R. **Utopia para realistas: como construir um mundo melhor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

BRUNDTLAND, G.H. **Our Common Future – The World Commission on Environment and Development**. New York: Oxford University Press, 1987.

CAMPELLO, T. Uma Década Derrubando Mitos e Superando Expectativas. In: CAMPELLO, T.; NERI, M, C. (Ed.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – DRS. **Arranjo 3 diagnóstico da microrregião centro-oeste**. IFES, 2020.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030**. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Vitória, dez. 2013. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/plano-es-2030>. Acesso em 16 abr. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **Manual de Conservação e Reuso da Água na Indústria**. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: 2015. 35p. Disponível em: Acesso em: 29 ago. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. 2018. Disponível em: www.firjan.com.br/. Acesso em: 26 set. 2020.

HOFFMAN, R. Transferências de Renda e Desigualdade no Brasil (1995-2011). In: CAMPELLO, T.; NERI, M, C. (Ed.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estimativa Populacional 2020**. Estimativa da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 23 set. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Dados de Desenvolvimento

Social. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em:
http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/ivs/publicacao_atlasivs.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Perfil da Pobreza no Espírito Santo**: Famílias Inscritas no CadÚnico. 2019. Disponível em:
<http://www.ijns.es.gov.br/component/attachments/download/6702> Acesso em 02 ago. 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. **Desenvolvimento Regional Sustentável**. Disponível em:
<<http://www.ijns.es.gov.br/desenvolvimento-regional>>; Acesso em: 17 fev. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB**. Disponível em:
<http://ideb.inep.gov.br/> Acesso em 02 nov. 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS. **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília, 2017. Disponível em:
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Unico.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em:
<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 15 set. 2020.

PAIVA, L.H.; BARTHOLO, T.F.L. **Percorso Brasileiro Recente na Busca da Superação da Pobreza Extrema**. In: CAMPELLO, T.; NERI, M, C. (Ed.).

Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. PNUD, 2013. Disponível em:
<http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 15 set. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO – SESA. **Informações de saúde**: Tabulação de dados – TABNET. Disponível em:
<https://saude.es.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SESSA, C.B.; LEITE, D.F.; SILVA FELIPE, E.S.; LEAL, E.A.S.; FARIA, L.H.L.; TEIXEIRA, R.B.; MEDEIROS, R.L. **Das recentes crises econômicas à crise da covid-19**: reflexões e proposições para o enfrentamento da pandemia na economia brasileira e capixaba. Revista Ifes Ciência, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 40-62, 2020. Disponível em:
<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/648>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SPERANDIO, N. **Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos**: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, 22(6):1771-1780, 2017.